



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
Subsecretaria Militar  
Superintendência de Orçamento e Finanças

**NOTA DE ESCLARECIMENTO I**

**ÀS EMPRESAS INTERESSADAS NO PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 011/2013**

Torno público a todos os interessados em participar do **Pregão Eletrônico nº 011/2013**, a Solicitação de Esclarecimentos encaminhada pela empresa LÍDER SIGNATURE S/A, acerca do certame supra mencionado e os respectivos esclarecimentos prestados.

**QUESTIONAMENTOS:**

**EDITAL**

**QUESTIONAMENTO 1:**

O item 2.3 do Edital estabelece que o prazo máximo de entrega das peças “*deverá ser de 30 (trinta) dias corridos, a contar do pedido das peças e/ou componentes pela Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas.*”

Contudo, devem ser contempladas as situações que configuram motivo justo ou de força maior que podem resultar na impossibilidade da entrega das peças, sejam elas decorrentes da indisponibilidade da peça pelo fabricante, problemas no transporte e/ou na importação e atos de terceiros (ex: ausência de autorização de autoridades competentes).

Isto posto, requer a Consulente seja prevista como excludente de qualquer responsabilidade ou causa de descumprimento do contrato, a impossibilidade de fornecer as peças por motivo justo ou de força maior devidamente justificados.

**QUESTIONAMENTO 2:**

O item 3.1 do Edital estabelece que a data limite para acolhimento das propostas é o



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**  
**Superintendência de Orçamento e Finanças**

dia 01/11/2013, e a data da abertura das propostas será no dia 04/11/2013 às 10h. Já o item 9.1.1, prevê que os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada até a abertura da sessão.

Isto posto, indaga-se: Esta correto o entendimento da consulente de que as propostas devem ser apresentadas até o dia 01/11/2013 mas podem ser substituídas ou retiradas até às 11:00h do dia 04/11/2013?

**QUESTIONAMENTO 3:**

Conforme determina o item 3.1 do Edital, a abertura do pregão terá início às 11h. Já o item 11.1.2 do Edital estabelece que *“o sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00h às 18:00h”* e o item 11.7 prevê que a *“etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances”*.

Contudo, não ficou previsto no Edital o horário de encerramento ou a duração da etapa de lances da sessão pública.

Isto posto, indaga-se: Qual é o horário de encerramento ou de duração da etapa de lances?

**QUESTIONAMENTO 4:**

O item 9.7.1 estabelece que: *“Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Subsecretaria Militar da Casa Civil, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.”*

Está correto o entendimento da Consulente de que a prorrogação dependerá da expressa concordância da adjudicatária?

**QUESTIONAMENTO 5:**

O item 9.8.1 do Edital prevê que *“Para efeitos deste processo licitatório, considera-se como TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (TAXA HANDLING), todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos,*



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**  
**Superintendência de Orçamento e Finanças**

remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação.”

Contudo, é importante destacar que as despesas relativas ao objeto do contrato podem sofrer alteração pela instituição de novos impostos, pelo aumento nas alíquotas ou nos custos do frete das peças, etc..

Isto posto indaga-se: Está correto o entendimento da consulente de que a licitante vencedora poderá requerer o reajustamento na Taxa Handling por motivo de força maior ou decorrência de fatos que alterem o equilíbrio econômico financeiro do contrato?

**QUESTIONAMENTO 6:**

O item 13.5.1 prevê que “a empresa contratada deverá ser fornecedora de peças do helicóptero BELL, modelo HUEY II no território nacional, comprovando a sua capacidade para o fornecimento de componentes de reposição por meio de declaração, devidamente assinada por seu representante legal ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a sua aptidão para o fornecimento de bens, objeto deste edital.”

Contudo, o parágrafo 1º do artigo 301 da Lei 8.666/93 exige que os atestados sejam registrados nas entidades profissionais competentes.

Isto posto, indaga-se: O atestado ou a declaração exigida no item 13.5.1 deve estar registrado nas entidades profissionais competentes?

**QUESTIONAMENTO 7:**

O item 17.8 determina que o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de 1%(um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo estipulado, sobre o valor do contrato, da nota de empenho, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo Contratante ou da aplicação das sanções administrativas.”

Requer a Consulente que seja esclarecido se, caso a Contratante encontre-se em mora, se as penalidades serão aplicadas reciprocamente.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**  
**Superintendência de Orçamento e Finanças**

**QUESTIONAMENTO 8:**

O item 17.9 estabelece que a Administração poderá descontar dos pagamentos a serem feitos à contratada, o valor das multas previstas na alínea b, do item 17.1, e no item 17.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, quando os valores destas forem superiores ao valor da garantia prestada.

1 Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

Não existe amparo legal para tal previsão. Trata-se de cláusula abusiva, que estabelece situação de desigualdade entre as partes contratantes e merece ser suprimida do indigitado edital.

**QUESTIONAMENTO 9:**

O item 21.1 do Edital estabelece que a CONTRATADA deverá fornecer garantia de todas as peças fornecidas, e elenca os prazos de garantia dependendo do que vier a ser fornecido, sem contudo trazer a exceção para os casos dos danos causados por manuseio incorreto, inobservância das normas recomendadas pelo fabricante, má conservação pelo operador, enfim, de todos os danos ocorridos decorrente de "mau uso" pela CONTRATANTE, ou seja situações estas onde não caberia à CONTRATADA prestar garantia das peças fornecidas.

A Consulente requer seja incluída esta exceção na redação do texto no Edital.

Ainda o item 21 do Edital prevê que a contratada deverá fornecer garantia de todas as peças fornecidas pelo período ou horas de voo especificadas nos itens 21.1, 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, 21.1.4. O texto do referido item também foi inserido na Cláusula Décima Primeira do Contrato (Anexo 3).

Contudo, as garantias das peças são de exclusiva responsabilidade dos respectivos fabricantes. Caso contrário, o contrato pode tornar-se excessivamente oneroso à contratada.

Isto posto, requer a consulente que a garantia das peças seja a estipulada pelo fabricante.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**  
**Superintendência de Orçamento e Finanças**

## **MINUTA DE CONTRATO**

### **QUESTIONAMENTO 1:**

O item 17 da Cláusula Quarta estabelece dentre as obrigações da Contratada:

“Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;”

Solicita-se que seja esclarecido se tal obrigação somente será exigível caso haja **comprovação** de que os defeitos ou incorreções sejam resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

### **QUESTIONAMENTO 2:**

Ainda, dentre as obrigações previstas para a Contratada (item 18) há a obrigação de que a Contratada deverá indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à Contratante ou terceiros.

Tendo em vista o disposto no artigo 70 da Lei 8.666/93, cujos princípios deverão ser observados na contratação em questão, pode-se entender que a responsabilidade prevista acima, restringe-se aos danos causados decorrentes de culpa ou dolo da Contratada?

### **QUESTIONAMENTO 3:**

O Parágrafo único da Cláusula 15ª “Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.”



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**  
**Superintendência de Orçamento e Finanças**

Ocorre, no entanto, que as despesas processuais e os honorários advocatícios<sup>1</sup> (ônus sucumbenciais) decorrem, sempre, de decisão judicial transitada em julgado, sendo descabida sua fixação prévia no contrato.

Isto posto, requer a Consulente seja retirada a referida previsão contida no Parágrafo único da Cláusula 15ª da minuta anexa ao edital.

**QUESTIONAMENTO 4:**

A Cláusula Décima Sétima do Contrato (Anexo 3 ao Edital) prevê que *“Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.*

*Parágrafo Único- É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei nº. 8.666/93, pela CONTRATADA, sem prévia autorização judicial.”*

O texto da referida cláusula é contrário ao disposto na Lei 8.666/93, que prevê, expressamente, a possibilidade de rescisão ou suspensão do contrato pelo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração.

Isto posto, requer a Consulente seja retirada do edital a referida cláusula ou, alternativamente, seja a mesma readequada aos limites impostos pela Lei 8.666/93.

**ESCLARECIMENTOS PRESTADOS:**

**À Empresa LÍDER SIGNATURE S/A**

**Quanto ao EDITAL:**

**1- Em atenção ao primeiro questionamento formulado, alusivo à previsão estampada no subitem 2.3 do Edital em comento, esclareço que o prazo para a entrega das peças será de 30 (trinta) dias.**



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**  
**Superintendência de Orçamento e Finanças**

Qualquer descumprimento do prazo contido na previsão mencionada será avaliado criteriosamente pela Administração, de acordo com o caso concreto apresentado, caso venha a ocorrer.

**2 - Em atenção ao segundo questionamento formulado pela empresa, esclareço que as propostas deverão ser inseridas no sistema até as 17:00 h do dia 01/11/2013, entretanto, o sistema permite a sua substituição ou retirada até à abertura do Pregão Eletrônico.**

**3 – A sessão de abertura de propostas do Pregão Eletrônico nº 011/2013 ocorrerá às 10:00 h do dia 04 de novembro de 2013 e às 11:00 h terá início a sessão pública do Pregão, da qual participarão os licitantes que inseriram propostas no sistema.**

O certame, então, terá início com a fase de lances, cuja duração é determinada pelo Pregoeiro, a seguir dar-se-á início ao período randômico de lances, cuja duração é determinada aleatoriamente pelo sistema eletrônico, a qual terá a duração de até 30 (trinta) minutos.

**4 – O item 9.7 do Edital dispõe que a validade da proposta deverá ser mantida por 60 (sessenta) dias e a seguir o subitem 9.7.1 é claro ao discorrer que a prorrogação desse prazo por motivo de força maior poderá ser solicitada por igual prazo, logo, a critério da contratada.**

**5 – Em atenção ao questionamento 5, esclareço que as despesas relativas ao objeto contratual, assim como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras inerentes ao cumprimento das obrigações contratuais deverá estar embutido na proposta apresentada pela empresa, não sendo admitida posteriormente qualquer ponderação alusiva à revisão ou reajuste que venha a onerar o valor contratual proposto inicialmente.**



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**  
**Superintendência de Orçamento e Finanças**

**6 – A exigência referente à qualificação técnica, alusiva à apresentação de declaração ou atestado deverá ser cumprida conforme estabelecido no subitem 13.5.1 do Instrumento Convocatório e subitem 6.1 do Termo de Referência.**

**7 e 8 – Em atenção aos questionamentos de nº 7 e 8, esclareço que a Administração Pública goza de certas prerrogativas ante os particulares.**

**Os contratos administrativos contêm cláusulas que não seriam admissíveis em uma relação contratual de Direito Privado e que colocam a Administração em posição privilegiada em relação à outra, garantindo-lhe diversas prerrogativas, dentre elas, as denominadas *cláusulas exorbitantes*, presentes nos contratos firmados pela Administração, cujo regime jurídico encontra-se previsto no art. 58 da lei nº 8.666/93.**

**Essas prerrogativas são reflexo do regime jurídico-administrativo, o qual se fundamenta em dois importantes princípios, o da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da indisponibilidade do interesse público, dos quais provém outros tantos.**

**Desta forma, não há que se falar em reciprocidade referente à aplicação de penalidades previstas no subitem 17.8 do Edital e nem da supressão do referido dispositivos e do subitem 17.9, ambos do Edital em comento.**

**Cumprе esclarecer ainda, que os órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e que os citados dispositivos, integram o referido documento, objeto da Resolução nº 3054 PGE de 02 de dezembro de 2011.**

**9 – Em atenção à solicitação constante do questionamento nº 9, esclareço que a ocorrência de qualquer exceção descrita, denominada pela empresa postulante como “mau uso” será criteriosamente avaliada pela administração, de acordo com o caso concreto apresentado, caso este venha a ocorrer.**





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**  
**Superintendência de Orçamento e Finanças**

Quanto à prestação da garantia por parte do fabricante, convém ressaltar que a celebração do Contrato em pauta se dará entre a Contratante e a empresa vencedora do certame, não havendo, portanto, qualquer relação jurídica entre a empresa fabricante das peças e a Administração, logo não há como atender ao pleito formulado.

**Quanto ao CONTRATO:**

1 – Em atenção ao primeiro questionamento formulado, alusivo à minuta contratual, esclareço que tais obrigações da contratada poderão ser exigidas sempre que a Contratante verificar que os vícios, defeitos ou incorreções são decorrentes da execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

2 – A Contratada será responsável por todo e qualquer dano e prejuízo pessoal e material, que possa advir, direta e indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à Contratante ou a terceiros na forma da legislação vigente, cabendo nestes casos apenas a possibilidade de culpa ou dolo.

3 – Em atenção à solicitação constante do questionamento nº 03, referente à previsão contida na Cláusula Décima Quinta da minuta contratual, esclareço que conforme já discutido no esclarecimento alusivo aos questionamentos de nº 7 e 8, referentes ao Edital do certame, os contratos administrativos contêm cláusulas que não seriam admissíveis em uma relação contratual de Direito Privado e que colocam a Administração em posição privilegiada em relação à outra, garantindo-lhe diversas prerrogativas, dentre elas, as denominadas *cláusulas exorbitantes*, presentes nos contratos firmados pela Administração.

Cabe reiterar, que os órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas padrão editadas pela Procuradoria Geral do



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**  
**Superintendência de Orçamento e Finanças**

**Estado do Rio de Janeiro e que a citada Cláusula, integra o referido documento, objeto da Resolução 3046 PGE de 28 de novembro de 2011.**

**4 – Por fim, em atenção ao questionamento nº 04, referente à minuta contratual, reitero o esclarecimento anterior, ressaltando que órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas-padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e que a citada Cláusula, integra o referido documento, objeto da Resolução 3046 PGE de 28 de novembro de 2011, não sendo possível, portanto, o atendimento do pleito formulado.**

Atenciosamente,

**ADRIANA PAIXÃO DE ALMEIDA**  
**PREGOEIRA**